



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

[www.sindbancariospetropolis.com.br](http://www.sindbancariospetropolis.com.br)



**CUT** BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[/SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

[sindbancariospetropolis@gmail.com](mailto:sindbancariospetropolis@gmail.com)

## Ano XX nº 5471 – 14 dezembro de 2016

### Juizes federais criticam reforma da Previdência

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) divulgou na segunda-feria, dia 12/12, uma nota pública na qual se posiciona de forma crítica à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, referente à Reforma da Previdência. De acordo com a entidade, em documento assinado pelo seu presidente, Roberto Carvalho Veloso, como a reforma atingirá substancialmente a população brasileira, precisa ser submetida a um debate "sério e qualificado" com os trabalhadores e servidores públicos. Por este motivo, a entidade considera "inaceitável e temerário" que a matéria seja encampada pelo governo "apenas sob o único enfoque da crise econômica, sem as discussões necessárias acerca dos aspectos jurídicos e sociais".

No referido texto, a Ajufe cita dez itens que considera importantes para mostrar os riscos para o país, no caso da proposta ser votada de forma açodada. Dentre estes, a questão do tratamento diferenciado para homens e mulheres, que a Ajufe lembra ter justificativas históricas e o parâmetro das regras de transição propostas no texto – que na avaliação da entidade não apresenta justificativa adequada, ao se pautar unicamente pela idade do trabalhador/servidor. Veja em nossa página na internet, a íntegra da nota pública divulgada pela Ajufe:

#### **Senado aprova PEC 55**

"Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência." Não estaria fora de lugar se essa frase tivesse sido dita durante a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55, que engessa gastos públicos, inclusive com saúde e educação, por 20 anos. Chamada por alguns de "AI-5 da Cidadania", a PEC teve a aprovação em segundo turno pelo Senado na terça 13, mesmo dia que, 48 anos antes, em 1968, era aprovado o Ato Institucional nº 5.

O AI-5 foi o ponto culminante do golpe de 1964 contra as liberdades políticas e individuais, baixado com o objetivo de institucionalizar a repressão e a violência do regime contra seus opositores. A frase proferida pelo então ministro do Trabalho da ditadura, Jarbas Passarinho, caberia ao Congresso atual. Editada por um governo sem voto, montado após um golpe jurídico-parlamentar que derrubou uma presidenta sem crime. Num dia em que pesquisas de opinião revelam que só 25% dos brasileiros concordam com a PEC, e em que milhares vão às ruas pelo que a emenda representará ao futuro da cidadania, o escrúpulo foi mandado às favas pela maioria do Congresso.

O regimento da Casa legislativa também foi mandado às favas. Para fazer valer a vontade do governo enfraquecido, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), violou a Constituição e o devido processo legislativo, ao abrir três sessões extraordinárias no mesmo dia, para contar prazo para que a PEC 55 pudesse ir a votação. Foi essa a argumentação que levou a oposição a recorrer ao Supremo Tribunal Federal – que, mais uma vez, como na ditadura, nada fez.

A data foi lembrada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ) que afirmou durante os debates que no mesmo dia em que o AI-5 suspendia garantias constitucionais, a PEC 55 também "decretaria a morte da Constituição Cidadã do Dr. Ulysses Guimarães", que buscava por fim ao período obscuro que se escancarou em 1968.

#### **Governador do Rio veta projeto e mantém bancários em risco**

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, vetou o projeto de lei 184-A/2015 que proíbe os bancários de serem os responsáveis pelo porte de chaves dos cofres e portas de agências em que trabalham. A proposta havia sido aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no último dia 03/11. De autoria dos deputados Paulo Ramos (PSOL-RJ) e Carlos Minc (sem partido), a proposta impede, ainda, que os bancários transportem numerário, o que deverá ser feito unicamente por carros-forte.

Só este ano, 18 bancários foram sequestrados ou assaltados porque são obrigados pelos bancos a levarem as chaves dos cofres para casa. Há casos em que até as famílias dos funcionários sofrem violência dos bandidos.

"É lamentável a decisão do governador, que, mais uma vez, demonstra que não tem nenhuma preocupação com a vida das pessoas. Da mesma forma que tenta aprovar um pacote que pune a população e os servidores estaduais em função de uma crise criada pela corrupção de seu governo e de Sérgio Cabral, Pezão agora resolve bajular os banqueiros, não aprovando uma proposta que protege a vida dos bancários", critica a presidente do SEEB/RJ, Adriana Nalesso. O objetivo do projeto, antiga reivindicação da categoria, é reduzir o risco dos sequestros, fazendo com que estas funções sejam realizadas por empresas especializadas em segurança, já que os bancários não são contratados para exercer este tipo de atividade.

